



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Departamento de Governança Institucional
Coordenação-Geral de Governança de Fundos

ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO DO FNDCT - CCF

Abertura: Aos 11 (onze) dias do mês de março de 2020, às 17:00 horas, na Sala de Reunião dos Conselhos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 5º andar, Brasília - DF, foi iniciada a reunião, com a participação dos seguintes membros e convidados do Comitê de Coordenação do FNDCT (CCF): Sr. **Carlos Alberto Flora Baptistucci**, Secretário-Executivo Adjunto; Conselheiros **Waldemar Barroso Magno Neto**, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; **João Luiz Filgueiras de Azevedo**, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o substituto legal, **Manoel da Silva; Paulo César Rezende De Carvalho Alvim**, Secretário de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI, como Presidente do CT Verde e Amarelo – FVA; **Carlos Augusto Teixeira de Moura**, Presidente da AEB, como Presidente do **CT-Espacial**; **Daniela Schettino**, Coordenadora da SETEL, substituindo Wilson Diniz Wellish, como Presidente do CT-Transporte; **Fábio Donato Soares Larotonda**, Diretor de Programas e Desenvolvimento Científico da SEFAE, como Presidente do CT-Biotec; **Marcelo Morales**, Secretário da SEFAE, como Presidente do CT-Saúde; **Sônia da Costa**, da SETAP, como Presidente do CT-Hidro; **Henrique de Oliveira Miguel**, substituindo José Gustavo Sampaio Gontijo, como Presidente do CT-Agro; **Eduardo Soriano Lousada**, Diretor do Departamento de Tecnologias Estruturantes da SEMPI, como Presidente dos CTs: Aquaviário, Energia e Mineral; **Maurício Ribeiro Gonçalves**, Secretário de Tecnologias Aplicadas, como Presidente do CT-Aeronáutico, e contando ainda com a presença de membros das equipes técnicas da Finep: Janaína Prevot Nascimento, Mariana Marques Vidal, Ricardo Rosa, Vitor Kapel e Rodrigo Costa; do Departamento de Governança Institucional do MCTIC: Johnny Ferreira dos Santos, Yuri Rafael Della Giustina, Lilian Rose Peters, Marcela Gallo e Elisabeth Saavedra Rivano; Thales Marçal, Chefe de Gabinete da SEMPI; Ricardo Mesquita Muniz, Coordenador de Infraestrutura da SETEL; Aristides Pavani Filho, Diretor do Departamento de Tecnologias Estratégicas e de Produção da SETAP; Sérgio R. Knorr Velho da SETAP; Cristiano Augusto Trewn da AEB. Foi assinada a lista de presença. O Secretário-Executivo Adjunto deu início à reunião se desculpando pelo atraso por estar em uma reunião anterior com o Sr. Ministro, juntamente com o Secretário-Executivo, Júlio Semeghini. Informou também que o Secretário-Executivo teve que voltar para a reunião, restando a ele, a tarefa de conduzir a reunião. A seguir, solicitou a todos que se apresentassem. Após as apresentações, o Secretário-Executivo Adjunto lembrou a todos que, em função das restrições orçamentárias dos últimos anos, e também em função da PEC do Teto dos Gastos (PEC 55/2016), o FNDCT vem sofrendo uma redução de suas possibilidades orçamentárias, o que culminou, em 2020, em um nível histórico mínimo, e que provavelmente restaria, para este ano, apenas R\$ 600 milhões para utilização dos recursos do Fundo. O Secretário disse ainda que adiantou este ponto, para demonstrar que esta realidade impediria a utilização de recursos em nível desejável para este ano, justamente no FNDCT que é um dos melhores instrumentos para fomentar ciência e tecnologia no país. Solicitou então que o Sr. Yuri Rafael Della Giustina iniciasse a apresentação. **1. Atualizações sobre a governança do FNDCT.** O Sr. Yuri explicou aos presentes as atualizações sobre a governança do FNDCT, realizada no último ano e apresentou: o Regimento Interno do Conselho Diretor do FNDCT, em atendimento ao Inciso I do Art. 5º da Lei 11.540/07 (Aprovado na 18ª RO CD/FNDCT); a Portaria nº 7.252, de 30/12/2019, que dispõe sobre as normas gerais de organização e funcionamento do FNDCT, em substituição das INs 2 e 3 de 2010; e o Manual Operativo, documento que integra estes dois documentos, tendo como função promover a juntada de documentação em um normativo único, para melhor compreensão da governança do Fundo. Lembrou ainda que, uma das atualizações pertinentes ao momento, foi a da aprovação de deliberação eletrônica pelo CD/FNDCT. Foi apresentada também a

alteração no número de instâncias decisórias, que foram reduzidas de quatro para três níveis, tendo sido o antigo Comitê de Coordenação Executiva – CCE, um comitê não previsto em lei, substituído pelo Comitê de Coordenação do FNDCT – CCF, agregando as funções do antigo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais – CCF, este previsto na Lei 11.540/2007 com o CCE. Desta forma, o antigo Comitê de Coordenação Executiva – CCE, que tinha como membros: (a) Secretário-Executivo do MCTIC - Presidente (b) Presidente da Finep (c) Presidente do CNPq, (d) Secretário da SEPED, (e) Secretário da SECIS, (f) Secretário da SETEC, (g) Secretário da SEPIN, foi alterado para Comitê de Coordenação dos Fundos – CCF, cujos membros são: (a) Secretário-Executivo do MCTIC - Presidente, (b) Presidente da FINEP (c) Presidente do CNPq e (d) Presidente dos Comitês Gestores dos Fundos do FNDCT. Além desses membros, os demais Secretários do MCTIC poderão participar como convidados, sem direito a voto. Em seguida, apresentou o fluxograma para o encaminhamento de demandas ao FNDCT, com as devidas instâncias e o passo-a-passo para o fomento no FNDCT, bem como a criação do documento *Carta-Proposta de Linhas de CTI*, documento inicial para as demandas de fomento, onde serão inseridas as políticas públicas de CT&I vigentes para serem declaradas e, deste modo, possibilitar uma análise de priorização pelas instâncias decisórias.

2. Situação Orçamentária e Financeira do FNDCT. A Sra. Janaína Prevot Nascimento, superintendente da Área da Secretaria-Executiva do FNDCT – ASEF (Finep) apresentou aos presentes a situação orçamentária e financeira do Fundo. Inicialmente, informou que a arrecadação realizada no ano de 2019 foi de R\$ 6.313,3 milhões, sendo 11,7% maior que a arrecadação projetada de R\$ 5.650,8 milhões. Destacou que a arrecadação da CIDE* foi da ordem de 39,7% acima da projeção, se tornando a fonte mais importante de arrecadação do FNDCT, respondendo por R\$ 3,5 dos R\$ 6,3 bilhões arrecadados. Destacou que, neste exercício, os retornos, que a Finep proporcionou ao FNDCT em decorrência do Empréstimo, se consolidaram como a segunda fonte de arrecadação mais importante para o Fundo, respondendo por quase R\$ 880 milhões. Sobre a execução, informou que o FNDCT recebeu toda cota de limite orçamentário esperada para o exercício, R\$ 851.169.240,00 milhões, e utilizou R\$ 851.168.822,56 milhões (99,99995%). Quanto à execução financeira, R\$ 38,0 milhões ficaram retidos na Tesouraria para pagamentos em 2020, sendo R\$ 11,9 milhões por falta de orçamento. Quanto à execução dos Restos a Pagar – RP, ela comentou que o FNDCT vai iniciar o ano de 2020 com R\$ 257,6 milhões inscritos. No decorrer de 2019, R\$ 133,5 milhões de Restos a Pagar foram cancelados, dos quais R\$ 90,5 milhões foram em 31/12/2019, por determinação da STN. Aos R\$ 68,8 milhões de Restos não Pagos de exercícios anteriores, juntam-se R\$ 188,8 milhões de empenhos de 2019 não pagos, totalizando os R\$ 257,6 de RP vão compor o saldo inicial de 2020, já mencionado.

3. Planos Anuais de Investimento 2020 – Reembolsável e Não Reembolsável, A seguir, a Sra. Mariana Marques Vidal, gerente do Departamento de Captação (DCAP) da Finep apresentou o *Plano Anual de Investimentos FNDCT Reembolsável 2020*. Foi apresentado o valor disponível na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 13.978/2020 para a *Ação 0A37 – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas UO 74910 – Operações de Crédito*, que é da ordem de R\$ 1.627.294.336,00, o que representa 25% arrecadação total projetada do FNDCT. Informou que os recursos serão utilizados em vários programas de financiamento reembolsável: os **Diretos** - Finep Conecta, Finep IoT, Finep Educação, Finep Aquisição Inovadora Energia e o de Aquisição Inovadora Software; os **Indiretos** - Finep Inovacred, Finep Inovacred Despesas de capital de giro, Finep Inovacred Expresso, Finep Inovacred Conecta, Aquisição Inovadora Software e Energia Descentralizado e Finep Inovacred 4.0. Explicou que hoje a carteira a liberar corresponde a R\$ 3,1 bilhões nas operações Diretas e R\$ 77,0 milhões nas ações Indiretas. Ressaltou que os programas **Indiretos** no FNDCT só foram desenvolvidos a partir de 2019. Considerando as contratações deste ano, o saldo total a liberar é da ordem de R\$ 5,8 bilhões, sendo que, para 2020, o valor a liberar é da ordem de R\$ 2,1 bilhões. O Sr. Carlos Alberto perguntou se estes recursos seriam apenas do FNDCT ou se teriam outras fontes. A Sra. Mariana Vidal respondeu que se trata apenas de valores da Fonte FNDCT. Em seguida, a Sra. Janaína Prevot Nascimento apresentou o *Plano de Investimentos Anual Não Reembolsável*, um trabalho feito em conjunto com o Ministério, seguindo as determinações da Portaria Nº 7.252/2019 e dos valores consignados na LOA. Informou que a LOA total parte da receita projetada para o ano que é de R\$ 6,5 bilhões, uma parte desse recurso, 65% foi alocado na Reserva de Contingência e 25% são destinados ao Empréstimo que o FNDCT concede à Finep. Desta forma, para as ações *Não Reembolsáveis* foram alocados R\$ 600,0 milhões e ainda tem R\$ 9,7 milhões em Emendas Parlamentares, que fazem parte do Orçamento Impositivo, e que, portanto, esse montante não entraria nos recursos do FNDCT que podem ser objeto de deliberação no âmbito do CCF. Segundo relatou a Sra. Janaína, para iniciar o *Plano de Investimentos* é realizado um levantamento de toda a carteira da Finep e do CNPq planejada para o ano.

Neste levantamento foram incluídas todas as operações contratadas, as operações que estão em contratação, todos os TEDs que são firmados com o CNPq. Isso resultou numa demanda total para o FNDCT de R\$ 1,8 bilhão, sendo que deste total, R\$ 806,0 milhões são projetados para 2020. Afirmou que a Finep, junto com o MCTIC, trabalhou numa priorização da carteira ativa do FNDCT, o que resultou numa demanda um pouco inferior. Quanto à Equalização de recursos, há uma demanda de R\$ 271,0 milhões, sendo que houve a inscrição de Restos a Pagar do exercício anterior de R\$ 16,0 milhões, o que resulta numa demanda líquida de R\$ 254,0 milhões para Equalização. Foi apresentada a projeção de Equalização para os próximos 10 (dez) anos, pois é mandatório pelos os Órgãos de Controle, e para este ano a Finep espera fazer liberações de R\$ 2,1 bilhões e, a partir dos anos subsequentes, é previsto o crescimento de 1% ao ano das novas liberações de financiamento. Quanto à Taxa de Administração, seguindo o padrão do ano anterior, informou a Finep reduziu os custos proporcionalmente à redução que houve com o orçamento do Fundo, de R\$ 851,00 milhões para R\$ 600,0 milhões. Assim, a Finep propôs para Taxa de Administração o valor de R\$ 41,0 milhões, uma redução de 29,5% em relação ao Teto de 2019. Em relação às Despesas Operacionais, onde estaria previsto até 5% da arrecadação de cada fonte de receita, estão sendo propostos R\$ 25,2 milhões, uma redução importante em relação ao que vinha sendo praticado. Segundo a Sra. Janaína, a Finep vem investindo bastante na racionalização dos custos do FNDCT, o que vem resultando em quedas significativas. Neste sentido, no ano de 2018 as Despesas Operacionais foram da ordem de R\$ 40 milhões, em 2019 elas caíram para 35 milhões e este ano propuseram um teto de 30% abaixo, ficando em R\$ 25,2 milhões. Além disso, há uma demanda por novas iniciativas que foram submetidas por várias instituições do Sistema de CT&I, para o ano de 2020, numa demanda total de R\$ 114,0 milhões, divididos entre Ação Transversal e Subvenção. Assim, de todo este quadro de demandas feitas para o ano, resultou numa consolidação, organizada pela Finep e orientada pelo MCTIC, a partir de uma priorização conjunta. Conforme apresentado na Tabela 1, a demanda consolidada, de carteira contratada e em contratação, representava R\$ 165,7 milhões, sendo priorizada em projetos estratégicos do Fundo, como o TECNOVA, o CENTELHA, além de aplicações em áreas estratégicas como Amazônia, Clima, que estão detalhadas no *Plano de Investimento*, a Demanda de Equalização já mencionada, as Taxas de Administração e as Despesas Operacionais e um quadro da totalidade das novas iniciativas. Desta forma, segundo a Sra. Janaína, se todas as novas iniciativas propostas para o Fundo fossem aprovadas pela CCF, a destinação orçamentária final do FNDCT seria esta.

Tabela 1. Plano de Investimento Não Reembolsável 2020 - Demandas e Priorização

	2020 (Total)	2020 (Priorizados)	% Atendimento	2020 (Não Atendidos)
Orçamento 2020	600.094.362	600.094.362		
Total Compromisso 2020	986.616.357	600.094.362	61%	386.521.995
Demanda Carteira Contratada	365.242.352	155.234.746	43%	210.007.606
Demanda Carteira em Contratação	107.737.482	10.523.093	10%	97.214.389
Demanda Equalização	253.973.523	253.973.523	100%	
Taxa de Administração	41.000.000	41.000.000	100%	-
Despesas Operacionais	25.200.000	25.200.000	100%	-
Demanda Novas Iniciativas	114.163.000	114.163.000	100%	-
Demanda do CNPq	79.300.000	-	0%	79.300.000
Déficit Orçamentário	-386.521.995	0		386.521.995

Após a explanação, a Sra. Janaína abriu para questionamentos. Neste momento, o Sr. **João Luiz Filgueiras de Azevedo**, Presidente do CNPq, pediu a palavra para colocar uma questão de ordem. Em seguida questionou se o comitê, neste momento, estaria encaminhando esta proposta para o Conselho Diretor do FNDCT ou não, e se este encaminhamento seria de responsabilidade do comitê. O questionamento foi respondido pelo Sr. Carlos Alberto Flora Baptistucci, esclarecendo que sim, o CCF é quem encaminha o *Plano de Investimento* ao Conselho Diretor. Com a resposta, o Presidente do CNPq considerou então que, para se encaminhar, teria que se aprovar a proposta em tela. Sua fala foi seguida pelo Sr. Carlos dizendo que era para isso que o comitê estava reunido. O Presidente do CNPq dirigiu-se aos presentes afirmando

que, da forma como estavam detalhados os recursos, conforme detalhado na Tabela 1, o CNPq não teria condições de aprovar a proposta. Segundo ele, a proposta estava colocando uma carteira nova de R\$ 114,0 milhões e deixando de priorizar os R\$ 79,3 milhões do CNPq, já contratados. O Sr. Carlos Alberto registrou o voto do Presidente do CNPq. Em continuação, o Presidente do CNPq insistiu que havia uma carteira de novas iniciativas e afirmou que o CNPq teria novas iniciativas e que estas foram previamente enviadas para a Secretaria-Executiva do MCTIC, por ofício, e que elas não faziam parte da tabela trazida para aprovação. Citou o exemplo da Chamada Universal, uma chamada tradicional do CNPq que não estava contemplada e isso demandaria recursos novos. Explicou aos presentes que, de 50% a dois terços dos recursos do CNPq é feita com recursos do FNDCT, o que para o CNPq não é considerado recurso extra, e sim, faz parte de como o CNPq executa o fomento, situação que está assim há muito tempo. Em resposta, o Sr. Carlos Alberto fez uma explanação sobre os recursos do FNDCT, desde a arrecadação até os R\$ 600,0 milhões disponíveis, onde cerca de R\$ 320 milhões já estavam comprometidos com Equalização e com as taxas da Finep, restando R\$ 280 milhões para dar conta de todo o passivo existente no FNDCT além de algumas prioridades solicitadas pelo Ministro. Citou que, depois de muito debater e apresentar para o Ministro, pôde chegar nesta equação. Insistiu que não esperava que o CNPq ficasse feliz com o resultado apresentado, mas lembrou que o único orçamento preservado de 2019 foi o do CNPq. Citou que, em 2019, fizeram o possível e o impossível para conseguir todos os recursos das bolsas que estavam faltando, sendo que o Ministro se empenhou muito nisso junto ao presidente, não deixando de efetuar o pagamento uma única Bolsa. Falou também que a administração atual do MCTIC tem feito aquilo que é possível em relação ao CNPq. No orçamento de 2020, o CNPq não só foi contemplado, com todo o orçamento que necessitava para as Bolsas, como também, lá na SOF, com a ingerência do MCTIC, teve uma ampliação da ordem de R\$ 70 milhões, e ainda no congresso teve uma ampliação da ordem de R\$ 50 milhões em seu orçamento. Assim, ele compreende a insatisfação do CNPq, mas insistiu que tem que se compreender também que estamos falando em valores que deveriam ser compreendidos pelo CNPq porque, na alocação dos recursos, simplesmente poderiam ter aumentado os R\$ 79 milhões da necessidade da instituição e reduzido na alocação do próprio CNPq, o que não faria sentido. Entendendo assim que, não é uma questão de vontade, mas de “cobertor curto”. O presidente do CNPq respondeu que compreendia tudo isso, enfatizou que o CNPq é muito grato pelo esforço do Ministério no ano passado, mas afirmou que gostaria de lembrar que, os R\$ 82 milhões gastos com Bolsas eram recursos provenientes de Fomento, que o próprio CNPq transferiu de Fomento para Bolsas. Insistiu em dizer que da ordem de 50 a 75 % dos recursos de Fomento do CNPq vem do FNDCT, desta forma, zerar isso para o ano de 2020 e sequer contemplar as novas iniciativas, como a Chamada Universal não seria algo aceitável, mesmo compreendendo que o cobertor estivesse curto. Pediu então que ficasse registrado em Ata que o CNPq votava contra este *Plano de Investimentos*. Na sequência, o Sr. Carlos Alberto pediu para fazer uma observação, antes de passar a palavra ao Sr. Marcelo Morales. Segundo ele, da demanda contratada do FNDCT, de R\$ 365 milhões, a Finep fez um esforço sobre-humano para rever todas as contratações de tal sorte que o Fundo só contratasse efetivamente R\$ 155,0 milhões para o ano. Explicou que precisava ficar claro que não era só o CNPq que estava fazendo sacrifícios, a própria Finep estava cortando “na carne”, revendo todos seus processos anteriores para se adequar a uma realidade orçamentária atual. Lembrou então aos presentes que, revisassem a Tabela 1, onde só na primeira linha estava demonstrado o corte de aproximadamente R\$ 210,0 milhões que seriam dos projetos da Finep. A palavra então foi passada ao Sr. Marcelo Morales, que lembrou de uma reunião realizada pela manhã na SBPC e perguntou sobre o conteúdo dos R\$ 79 milhões. Em resposta, o Presidente do CNPq explicou que este recurso não era nada novo, que se tratava de projetos que já estavam contratados, como a Chamada Universal de 2018, o INCT de 2014, o Proantar. Explicou que as novas iniciativas de interesse do CNPq não apareceram, sendo esta a razão da reclamação, dado que o *Plano de Investimentos* em tela tem uma carteira de novas iniciativas e que ela não contemplava a Chamada Universal de 2020, de interesse da comunidade científica, e em seguida comentou que a comunidade estava esperando, mas como já tinha adiantado em reunião fora, estavam cientes que não iria acontecer. Reclamou que, uma coisa é não acontecer, outra coisa é sequer ser listado na nova carteira, significando que foi totalmente ignorado. Para o Presidente do CNPq isso não seria algo aceitável. O Sr. Marcelo Morales perguntou se a nova ação requerida pelo CNPq seria a Chamada Universal 2020, ao que foi respondido pelo Sr. João Luiz Azevedo que não faria sentido fazer uma nova ação e não pagar o que fora contratado anteriormente. Segundo o Sr. Azevedo, consciente da situação de restrição orçamentária do FNDCT, não veio à reunião com expectativa de que houvesse a Chamada Universal 2020, não estava nem pleiteando novas ações, mas achou ruim que estava se

propondo uma carteira de novas ações, e ficou chateado ao observar que o pleito do CNPq sequer fora considerado. Deste modo, estranhou iniciar uma nova carteira de novas ações no valor de R\$ 114 milhões sem terem sequer pago os R\$ 79 milhões contratados pelo CNPq. O Sr. Carlos Alberto interveio informando que o “contratado” se enquadrava no mesmo “contratado” da Finep, ou seja, os R\$ 210 milhões que estavam ficando de fora. Segundo ele, não é uma dívida feita que tem de ser paga, são contratos colocados, que não serão realizados. O Presidente do CNPq informou que, no caso deles, estavam contratados pesquisadores que possuem um termo de outorga que diz que eles receberão esses recursos. Informou também aos presentes que o Secretário-Executivo procurou o CNPq, acerca de um mês e pouco atrás solicitando que a instituição arcasse com o orçamento próprio as Bolsas PCI, e que em face do orçamento delas, prontamente concordou no sentido de ajudar, pois a Bolsa PCI é para ser paga com orçamento do MCTIC ou do FNDCT, mas num acordo de cavalheiros, o CNPq se prontificou a pagar.

Porém afirmou sentir que tudo isso estava sendo esquecido. Informou a todos que o valor das Bolsas PCI, no valor de R\$ 41,6 milhões teria que sair também do FNDCT e que o CNPq estava assumindo com orçamento próprio. Após esta fala, o Sr. Carlos Alberto perguntou se havia mais alguma consideração e explicou que esta contratação não era efetiva, em virtude de existir uma expectativa de direito, mas não afirmou não existir um direito adquirido, tal qual os R\$ 210,0 milhões da Finep que estavam colocados ali. Entretanto, considerou que caso o CNPq entendesse que esta contratação fosse estritamente necessária, dos R\$ 1,07 bilhão que teria hoje destinado para Bolsas, que inicialmente só eram necessários R\$ 955,0 milhões, ele teria uma sobra da ordem de R\$ 115,0 a R\$ 120 milhões que poderiam ser destinados para estas contratações. Diante da fala do Sr. Carlos Alberto, o Presidente do CNPq explicou que o valor de R\$ 955,0 milhões era um valor errado. Segundo ele, o valor para Bolsas no país seria da ordem de R\$ 990,0 milhões, fora isso disse que existem as Bolsas no Exterior, que somados chegava a um valor estimado de R\$ 1,055 bilhão. Informou ainda que este valor de 1,070 bilhão não estaria disponível para o CNPq, pois teriam que ser extraídos os R\$ 41,6 milhões das Bolsas PCI que estavam assumindo em favor do MCTIC, de forma que isso já cairia para menos de R\$ 1,030 bilhão. O Sr. Carlos Alberto interveio dizendo que haveria uma necessidade de ajuste lá no CNPq. O Presidente do CNPq informou que aqueles recursos já estavam contratados e as consequências viriam para todo mundo. Em continuidade, o Sr. Carlos Alberto argumentou que o total necessário para o FNDCT, pela lógica que estava sendo apresentada pelo CNPq deixaria um déficit orçamentário de R\$ 386 milhões, porém explicou que não adiantava ir até o Paulo Guedes e pedir mais R\$ 400 milhões de orçamento, afirmou que era preciso fazer gestão, como a que o Ministério estava fazendo. Na sequência, foi solicitado aos presentes se havia mais algum pronunciamento. Como não houve nenhuma solicitação passou-se para o próximo ponto da pauta. **4.**

Para deliberação - Novas demandas para o Plano de Investimentos. O Sr. Yuri lembrou aos presentes que foi encaminhada a planilha com as 28 (vinte e oito) Cartas-Propostas, acompanhadas por uma planilha para análise e deliberação, e adiantou que se houvesse alguma dúvida sobre alguma Carta-Proposta em especial, poderiam perguntar e, havendo um responsável pela demanda, poderia ser atendido. O Sr. Soriano levantou uma questão que considerou filosófica. Comentou que, no passado, houve várias críticas sobre os valores dos projetos, por serem plurianuais, pois demandavam poucos recursos no primeiro ano, deixando valores maiores nos anos subsequentes. Numa análise inicial, verificou que de todos os projetos apresentados, quase 50% tinham orçamento crescente. Segundo ele, a curva ascendente preocupa, pois acaba comprometendo orçamentos futuros. Insistiu que esta filosofia seja observada, pois isso gera uma expectativa de que teríamos muito mais orçamento no ano que vem. Esta análise foi contestada pelo Sr. Carlos Alberto pois, ao se observar a planilha, no total o orçamento para 2020, seria da ordem de R\$ 114 milhões, subindo apenas 10% em 2021, e depois o orçamento cairia expressivamente. O Sr. Soriano analisou projeto a projeto, porém concordou com a análise do Sr. Carlos Alberto ao focar na somatória dos projetos. Sobre este assunto, ainda foi informado que, dado o estudo que a Finep estava fazendo no tocante a projetos antigos, muito do que era esperado pagar nos próximos anos seria diminuído. Citou novamente que a Finep está fazendo um trabalho hercúleo de revisão da carteira, pois não fazia sentido que um projeto de inovação que começou na época do 3G ainda não tenha terminado na época do 5G. Não seria lógico continuar “pingando” dinheiro numa coisa que não fazia mais sentido. E afirmou que todo este trabalho propiciaria a contratação de novos projetos, sem contar aqueles que realmente estavam na fase de término. Como não houve mais nenhuma consideração, foi colocada em bloco a votação para aprovação, e foi perguntado se havia algum questionamento a respeito de projetos que algum membro acreditasse que não devesse ser aprovado. Novamente, consistente com a manifestação anterior, o Presidente do CNPq informou que o CNPq se manifestava contra a aprovação de uma nova

carteira de projetos, quando R\$ 79 milhões que já estavam contratados e que não estavam sendo pagos. Segundo ele, era uma questão de consistência. O Sr. Carlos Alberto perguntou aos presentes se havia mais algum questionamento, e como ninguém se manifestou, registrado o voto do CNPq, considerou aprovada a carteira proposta pela Finep por maioria. Neste momento o Gal. **Waldemar Barroso Magno Neto**, Presidente da Finep, pediu a palavra para informar que no ano passado a Finep não fez nenhuma chamada nova, simplesmente passou o ano, e ao final cumpriram tudo que foi proposto. Quis dizer, em parte também, mesmo havendo uma necessidade de R\$ 386 milhões estaria contratando apenas R\$ 155 milhões. Citou também que, numa reunião em 2019, foi aventado o porquê de não se abrirem novas carteiras para mostrar à comunidade que a máquina estava andando. E, segundo ele, foi exatamente por isso, por terem aberto outras carteiras que a máquina não andou como devia. Afirmou que realmente haviam passado por um ano sem muita perspectiva, assim, quando contempla os projetos que estavam sendo apresentados: o Centelha, por exemplo, um movimento para desenvolvimento do espírito empreendedor, de jovens empreendedores; a demanda do Projeto Grafeno, citando o vídeo do Presidente Jair Bolsonaro, falando que o Grafeno é um projeto nacional; e em cada um deles, que vão ao encontro da política do Ministério, da ciência e tecnologia, da política do governo. Reiterou que farão isso quando herdar projetos que ouviu, sem condições de serem arcados, que estavam hoje contratados, porém desatualizados. Afirmou que hoje, 85% dos projetos haviam sido concluídos com mais de cinco anos. Informou que a equipe da Finep visitou as Universidades e viu como estavam os prédios, inacabados, porque o projeto executivo era pobre, apresentava-se um projeto pobre, aceitava-se e iniciava-se, e não se terminava em menos de cinco anos um projeto pobre. Então, a Finep resolveu lançar um projeto para infraestrutura para Projetos Executivos, para que no futuro não existissem projetos pobres, ou seja, afirmou que estão trabalhando, que a máquina está andando e a Finep está arcando com a responsabilidade do passado, mas olhando para frente, pensando no futuro. Concluiu afirmando que não tinha nenhum projeto que não fosse coerente com o momento atual. E, nem por isso, a Finep que, no ano passado não lançou nenhum projeto, e que este ano, se aprovado teria novos projetos, e a seu ver, a máquina e a política andando, eles teriam de convergir. Assim, particularmente, se declarou favorável a aprovação do *Plano de Investimento*. Neste momento, o Sr. Marcelo Morales pediu a palavra para informar que, diante do momento atual, devido ao NOVO CORONAVÍRUS, iria propor um descontingenciamento emergencial do FNDCT, especificamente do CT-Saúde como Medida Provisória, uma sugestão que o Ministro iria fazer, junto com o Ministério da Saúde, ao Presidente da República, para o enfrentamento da Covid-19, assim como foi feito com o ZIKA. Comentou que estava anunciando pois o momento era muito importante, em virtude de estarmos numa segunda onda, que pode ser diferente e também muito pior. Após este informe do Sr. Marcelo Morales, presidente do CT-Saúde e secretário da SEFAE, o Sr. Carlos Alberto, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI

Presidente do Comitê de Coordenação do FNDCT - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Flora Baptistucci, Secretário-Executivo Adjunto**, em 01/04/2020, às 09:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5353993** e o código CRC **6DC35C5C**.